

TERMO DE COOPERAÇÃO

Nº 273/2023

Pelo presente instrumento particular, de um lado o **SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO - SESC**, Administração Regional no Estado do Rio Grande do Sul, com sede nesta Capital, na Fecomércio, nº 101, inscrito no CNPJ sob nº 03.575.238/0001-33, doravante denominado **SESC/RS**, representado por seu Diretor de Unidade Operacional, Sr. Adriano do Couto Pereira, inscrito no CPF sob o nº 981.501.970-87 e, de outro, o **MUNICÍPIO DE SALDANHA MARINHO**, inscrito no CNPJ sob o nº 92.399.153/0001-71, com sede na Avenida Silva Távares, nº 1127, doravante denominado **MUNICÍPIO**, representado por seu Prefeito, Sr. Adão Julcemar Altmeyer, inscrito no CPF sob o nº 398.970.100-25, **CONSIDERANDO** que:

I - o Serviço Social do Comércio – SESC é uma instituição privada de assistência social, sem fins lucrativos, criada pela Confederação Nacional do Comércio – CNC, nos termos do Decreto-lei nº 9.853/46 e Regulamento aprovado pelo Decreto nº 61.836/67;

II – o SESC tem por finalidade de *“planejar e executar direta ou indiretamente, medidas que contribuam para o bem estar social e a melhoria do padrão de vida dos comerciários e suas famílias, e, bem assim, para o aperfeiçoamento moral e cívico da coletividade”*¹, desempenhando suas atribuições em cooperação com entidades públicas,² mediante acordos com órgãos públicos³ com a incumbência de, entre outras: *utilizar os recursos educativos e assistenciais, existentes tanto públicos, promover quaisquer modalidades de cursos e atividades especializadas de serviço social e desenvolver programas nos âmbitos da educação, cultura, saúde, assistência e lazer, nesta última categoria inclusas as atividades de turismo em suas diversas modalidades* ⁴;

III - o MUNICÍPIO é uma pessoa jurídica de direito público interno, com a competência de, entre outras, de *cuidar da saúde e assistência pública, proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação* e combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos, com vista ao *equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar social*⁵,

¹ Art. 1º do Decreto-Lei Nº 9.853, de 13 de setembro de 1946.

² Art. 1º, § 2º, do Decreto-Lei Nº 9.853, de 13 de setembro de 1946.

³ Art. 3º, 'c', do Decreto Nº 61.836, de 5 de dezembro de 1967;

⁴ Art. 3º, 'b' 'd' e 'l', do Decreto Nº 61.836, de 5 de dezembro de 1967;

⁵ Art. 23, II, V, X, da Constituição Federal de 1988;

IV – o legislador admite a celebração de acordos e outros instrumentos congêneres celebrados por órgãos da Administração Pública, na Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

resolvem celebrar o presente **TERMO DE COOPERAÇÃO**, que se regerá conforme as cláusulas que seguem:

PRIMEIRA: O presente Termo de Cooperação visa à participação conjunta das partes para a realização da **2ª ETAPA DO CONNECTIONS – SALDANHA MARINHO**, no dia 30 de abril de 2023, às 08h, em Saldanha Marinho, RS.

Parágrafo único: A participação do SESC/RS no evento indicado nesta cláusula possui como objetivo proporcionar atividades esportivas e de lazer como forma de desenvolvimento de hábitos saudáveis, integração social e melhoria da qualidade de vida.

SEGUNDA: Serão responsabilidades do SESC/RS:

- a) Organizar e conduzir tecnicamente o evento em conjunto com o MUNICÍPIO;
- b) Organizar o regulamento geral;
- c) Disponibilizar plataforma online para as inscrições (site do Sesc);
- d) Disponibilizar cronometragem manual para 150 atletas (08 categorias masculinas e 04 femininas);
- e) Disponibilizar de notebook e impressora para evento;
- f) Fornecer 150 placas de identificação personalizadas;
- g) Fornecer 150 medalhas personalizadas de participação em ferro fundido;
- h) Fornecer 01 Troféu personalizado para maior equipe participante;
- i) Fornecer 75 medalhas de premiação em categorias;
- j) Fornecer 150 seguros atletas;
- k) Fornecer 150 brindes personalizados da etapa;
- l) Disponibilizar 01 Pórtico;
- m) Disponibilizar 01 Pódio;
- n) Disponibilizar 01 barraca/tenda para chegada;
- o) Disponibilizar cones e placas para marcação do percurso (largada e Chegada);
- p) Disponibilizar sonorização do evento;
- q) Disponibilizar 01 carro de apoio para a largada e chegada;
- r) Disponibilizar relatório final do evento;
- s) Divulgar o evento em suas redes sociais e site;
- t) Disponibilizar profissional responsável credenciado pelo CREF/RS;

- u) Disponibilizar 05 profissionais para condução do evento;
- v) Disponibilizar marcação do percurso;
- w) Criar arte para o evento (Agências autorizadas pelo Sinapro);

TERCEIRA: Serão responsabilidades do MUNICÍPIO:

- a) Organizar e conduzir tecnicamente o evento em conjunto com o SESC/RS;
- b) Disponibilizar ambulância;
- c) Divulgar o evento;
- d) Disponibilizar 10 colaboradores para auxiliar no evento. (montagem, marcação de percurso e controle de prova percurso);
- e) Estabelecer o percurso, juntamente com equipe do Sesc (parceria com grupo ciclismo local);
- f) Disponibilização de local adequado para largada e chegada além de percurso para a prova;
- g) Fornecer água (percurso e Chegada) para 150 atletas;
- h) Fornecer frutas na linha de chegada para 150 atletas;
- i) Viabilizar a presença da Brigada Militar (se julgar necessário);
- j) Disponibilizar 02 motos;
- k) Disponibilizar carros vassoura (estilo Pick-up);
- l) Disponibilizar fotografia e filmagem do evento (Se julgar necessário);
- m) Disponibilizar local apto e seguro para a realização da Prova;
- n) Repassar ao SESC/RS, o valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), em 3 (três) parcelas iguais no valor de R\$ 5.000,00, nas datas de 10/05/2023, 10/06/2023 e 10/07/2023, mediante depósito bancário na conta corrente nº 204300-9, agência 3418-5, do Banco do Brasil, servindo o comprovante de depósito como recibo de quitação.

Parágrafo único: Se o valor indicado nesta cláusula não for repassado pontualmente na data avençada, o débito será corrigido monetariamente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) ou outro índice oficial que venha a substituí-lo, na fração correspondente aos dias de atraso.

QUARTA: As partes responsabilizar-se-ão, cada qual, por seus prepostos, empregados ou dirigentes que trabalharem para o desenvolvimento do evento descrito na cláusula primeira e pelos respectivos encargos daí decorrentes, em face da legislação social e do trabalho, bem como infortunística, assim como toda e qualquer incidência ao presente instrumento.

QUINTA: Em caso de descumprimento de qualquer das cláusulas ora estipuladas, a parte

que der causa ao inadimplemento fica obrigada a indenizar a outra pelas despesas havidas e devidamente comprovadas, em até 03 (três) dias úteis contados da data da infração, ficando o infrator após esse prazo constituído em mora de pleno direito.

SEXTA: O presente Termo de Cooperação vigorará a partir da data de assinatura, encerrando-se no dia 10 de julho de 2023, podendo, de comum acordo entre as partes, ser prorrogado mediante adendo contratual.

SÉTIMA: As partes se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, cumprindo a Lei 13.709/2018, inclusive nos meios digitais, garantindo que:

- a) Qualquer tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos Arts. 7º e/ou 11 da Lei 13.709/2018, caso esteja submetido o objeto do presente Termo de Cooperação, cumprindo propósitos legítimos, específicos e explícitos;
- b) O tratamento seja limitado às atividades necessárias ao atingimento das finalidades de execução do termo de cooperação, utilizando-as, quando seja o caso, em cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição da ANPD;
- c) Cada uma das partes se responsabiliza pelo tratamento dos dados de sua responsabilidade como Operador ou Controlador dos dados, em conformidade com a Lei 13.709/2018. Os dados assim coletados e/ou tratados só poderão ser utilizados na execução das obrigações especificadas neste termo, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins pelas partes;
- d) Os sistemas que servirão de base para armazenamento dos dados pessoais coletados, seguem um conjunto de premissas, políticas e especificações técnicas que regulamentam a utilização, contendo medidas fundamentais para a garantia e segurança da informação;
- e) Encerrada a vigência do termo de cooperação ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o MUNICÍPIO interromperá o tratamento dos Dados Pessoais disponibilizados pelo SESC/RS e, em no máximo (30) dias, sob instruções e na medida do determinado pelo SESC/RS, eliminará completamente os Dados Pessoais e todas as cópias porventura existentes (seja em formato digital ou físico), salvo quando o MUNICÍPIO tenha que manter os dados para cumprimento de obrigação legal ou outra hipótese da LGPD.

OITAVA: Fica cancelada a realização das atividades pertencentes ao evento objeto do presente termo, desobrigando-se as partes, caso haja impossibilidade da realização por motivos de caso fortuito ou força maior, podendo, de comum acordo, ser designado novo período para tanto.

NONA: Os casos omissos do presente termo serão resolvidos pela aplicação da lei vigente que couber, ou ainda, por comum acordo entre as partes, mediante a formalização de adendo contratual.

DÉCIMA: Fica eleito o Foro Central da Comarca de Porto Alegre, para dirimir eventuais dúvidas ou controvérsias emergentes do presente instrumento, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de comum acordo, as partes assinam o presente termo eletronicamente, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Porto Alegre, 10 de março de 2023.

Documento assinado digitalmente
gov.br ADRIANO DO COUTO PEREIRA
Data: 13/03/2023 17:43:25-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO - SESC

Adriano do Couto Pereira

MUNICIPIO DE SALDANHA MARINHO

Adão Julcemar Altmeyer